





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA GABINETE DO VEREADOR CABO FONSECA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA **MUNICIPAL DE CARIACICA - ES**

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2025

O Vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas a que são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, nos termos do art. 115, da Resolução nº. 378/91 (Regimento Interno da Câmara de Cariacica), vem à presença de Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores apresentar EMENDA SUPRESSIVA, ao PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2025 em destaque:

EMENDA SUPRESSIVA:

Fica suprimido todo artigo 41 da resolução.

Art. 31. Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Cariacica, a Comissão Especial de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Corregedoria Parlamentar, de caráter permanente, destinada a auxiliar os Vereadores integrantes desses Colegiados, bem como a executar os trabalhos técnicos e administrativos necessários ao pleno funcionamento e desempenho de suas atribuições.







- §1º. Aos integrantes da Comissão de que trata o caput deste artigo será concedida gratificação mensal pelos trabalhos técnicos e administrativos a serem executados, nos termos do artigo 155 da Lei Complementar nº 137/2023, durante o período em que estiverem designados e em efetivo exercício das tarefas que lhes forem conferidas.
- § 2º. A gratificação prevista no § 1º possui natureza transitória, não se incorporando, em nenhuma hipótese, aos vencimentos do cargo, nem gerando direito ou vantagem pecuniária de caráter permanente.
- § 3º. A gratificação instituída integrará a base de cálculo para o pagamento do décimo terceiro salário ou gratificação natalina do servidor designado.
- § 4°. O funcionamento da Comissão de que trata o caput será regulamentado por Ato Próprio do Chefe do Poder Legislativo Municipal.

Justificativa

A presente **Emenda Supressiva** visa à retirada integral do artigo 31 do projeto em análise, que institui, no âmbito da Câmara Municipal de Cariacica, a Comissão Especial de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Corregedoria Parlamentar, com previsão de gratificação mensal aos servidores designados.

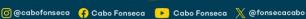
A supressão fundamenta-se nos seguintes pontos:

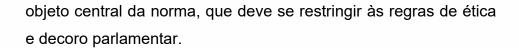
1. Vício de iniciativa e inadequação material

- o O artigo 31 cria comissão de caráter permanente e estabelece gratificação mensal aos servidores que dela participarem. Todavia, a criação de vantagens pecuniárias a servidores públicos da Administração Direta e do Poder Legislativo configura matéria de iniciativa privativa da Mesa Diretora, nos termos da Lei Orgânica do Município de Cariacica e do Regimento Interno.
- Assim, ao prever, no corpo de um Código de Ética, dispositivo que trata de matéria remuneratória de servidores, o texto incorre em vício de iniciativa e em inadequação material, extrapolando o









2. Ofensa ao princípio da legalidade e da reserva orçamentária

- o A previsão de gratificação carece de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, em desrespeito ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que exige a demonstração da origem dos recursos para qualquer despesa obrigatória de caráter continuado.
- Ademais, viola os princípios da legalidade orçamentária e da responsabilidade fiscal, previstos no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

3. Inadeguação em relação ao Estatuto dos Servidores (LC nº 137/2023)

- o O artigo 155 da Lei Complementar nº 137/2023, citado como fundamento, prevê genericamente a possibilidade de retribuição pecuniária a servidores pela participação em comissões técnicas, administrativas ou científicas, desde que tais atribuições não sejam inerentes ao cargo.
- Todavia, o dispositivo exige que a concessão seja prevista em lei específica e regulamentada por decreto ou resolução, e não por dispositivo inserido em norma voltada à disciplina de ética parlamentar.
- o Além disso, a lei complementar municipal não define critérios objetivos, quantitativos ou limites financeiros, o que torna a previsão legal vaga, imprecisa e de difícil execução, aumentando o risco de questionamentos jurídicos e administrativos.

4. Princípios constitucionais violados

 A manutenção do dispositivo afronta os princípios constitucionais da **isonomia** (art. 5°, caput, CF), na medida em que cria tratamento diferenciado e privilegiado para servidores da Câmara em detrimento dos demais servidores da Administração Municipal.



CABOFON



Fere ainda o princípio da moralidade administrativa (art. 37, caput, CF), ao instituir benefício sem clareza quanto ao impacto financeiro, sem previsão orçamentária e sem vinculação direta à eficiência do serviço público.

Dessa forma, a supressão do artigo 31 se faz necessária para evitar inconstitucionalidade formal e material, garantir a segurança jurídica do texto final e assegurar a observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, moralidade, eficiência e responsabilidade fiscal.

Plenário Vicente Santório Fantini, 25 de Setembro de 2025.

FÁBIO BARBOSA DA FONSECA **VEREADOR**

E-mail: ver.cabofonseca@camaracariacica.es.gov.br



CAROFON